ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS
DIÁRIO DO LEGISLATIVO
Sábado, 16 de julho de 2022

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PSD
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – Republicanos
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – Avante

SUMÁRIO

1 – ATAS
1.1 – Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
1.2 – Comissões
2 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO
3 – MANIFESTAÇÕES
4 – REQUERIMENTOS APROVADOS
5 – ERRATA

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA EM 14/7/2022

Presidência do Deputado Cleitinho Azevedo

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Carlos Henrique – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Doorgal Andrada – Fernando Pacheco – Guilherme da Cunha – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – Léo Portela – Leonídio Bouças – Professor Irineu.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Cleitinho Azevedo) – Às 14h14min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 2 de agosto, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição de 2/8/2022.).

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 6/11/2019

Às 16h13min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Bosco, Professor Wendel Mesquita, Marquinho Lemos e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Beatriz Cerqueira e o deputado Doutor Jean Freire. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a importância da Festa do Divino de Turmalina para a cultura popular do Estado. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Daniela Diniz, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de

Desenvolvimento Sustentável (17/10/2019), e dos Srs. Marcelo Landi Matte, secretário de Estado de Cultura e Turismo (30 e 31/10/2019 e 1º/11/2019), Samir Carvalho Moyses (17/10/2019) e Paulo Henrique Chiste da Silva e Elias Antonio Costa, fisioterapeutas, e Helton Henrique Faria, assistente social do Município de Ouro Fino (19/10/2019). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 1.077/2019, no 1º turno (Mauro Tramonte), e Projeto de Lei nº 920/2019, no 1º turno (Bosco). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres sobre o Projeto de Lei nº 1.108/2019, em 1º Turno, na forma do Substitutivo nº 2 apresentado, e pela rejeição do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Bosco). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.198 e 3.371/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.917/2019, do deputado Bosco, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a conquista do 1º lugar pela Araxá Dance Company no 18° Campeonato Brasileiro de Dança Esportiva em Cadeira de Rodas na categoria *combi dance*, além de outros três terceiros lugares;

nº 4.918/2019, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Araxá Dance Company pela conquista do 1º lugar no 18° Campeonato Brasileiro de Dança Esportiva em Cadeira de Rodas na categoria *combi dance*, além de outros três terceiros lugares;

nº 5.306/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Legião de Maria do Município de Poços de Caldas, pelos 130 anos de nascimento de Frank Duff, fundador da instituição;

nº 5.398/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a concessão do título de Cidadão Honorário de Minas Gerais ao cantor e compositor Luiz Carlos Pereira de Sá;

nº 5.399/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com a bailarina Lara Nani de Souza Coutinho pela aprovação na seletiva do Ballet Bolshoi para o curso de dança clássica.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Maria Neick da Piedade Lopes, da equipe de registro histórico, e os Srs. Carlinhos Barbosa Xavier, prefeito de Turmalina, Silvano Pinheiro de Macedo, vereador da Câmara Municipal de Turmalina, José Geraldo Rocha, vereador da Câmara Municipal de Turmalina, Manoel Paulo Gomes, representante dos festeiros de 2020, representando o Sr. João Cordeiro Pereira, festeiro do ano de 2020, e José Gilmar de Souza, festeiro de 2019. A presidência concede a palavra ao deputado Marquinhos Lemos, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 2019.

Bosco, presidente – Mauro Tramonte – Ione Pinheiro – Fernando Pacheco.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 11/3/2020

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Bosco, Marquinho Lemos e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a

reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 1.220/2019, no 1º turno, é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Bosco, aprovado pela comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.678/2020, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega de votos de congratulações com a artista plástica Virgínia Ferreira, criadora da Estátua do Juquinha, instalada na Serra do Cipó, pelos 28 anos de profissão;

nº 6.686/2020, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja realizada audiência de convidados, em conjunto com a Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, para proceder à entrega de votos de congratulações com o Café Nice, no Município de Belo Horizonte, pelos 81 anos de história e tradição;

nº 6.687/2020, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja realizada audiência de convidados, em conjunto com a Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, para proceder à entrega de votos de congratulações com o Café Palhares, no Município de Belo Horizonte, pelos 82 anos de história e tradição;

nº 6.688/2020, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja realizada audiência de convidados, em conjunto com a Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, para proceder à entrega de votos de congratulações com o Restaurante Maria das Tranças, pelos 70 anos de fundação e tradição;

nº 6.796/2020, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que sejam incluídas as bibliotecas públicas do Estado no Programa de Eficiência Energética;

nº 6.798/2020, da deputada Ione Pinheiro e dos deputados Bosco, Mauro Tramonte e Marquinho Lemos, em que requerem seja realizada audiência de convidados para debater o sistema de patrocínio cultural da Cemig, seus critérios e parâmetros, os projetos beneficiados em 2019 e os valores aportados, bem como a perspectiva da adoção de editais de apoio cultural pela empresa;

nº 6.799/2020, da deputada Ione Pinheiro e dos deputados Marquinho Lemos, Bosco e Mauro Tramonte, em que requerem seja realizada audiência pública para homenagear o programa Arrumação, da Rede Minas, e seu idealizador, Saulo Laranjeira.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2020.

Bosco, presidente – Ione Pinheiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Professor Wendel Mesquita.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE CULTURA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 14/3/2022

Às 9h17min, comparecem presencialmente, à reunião os deputados Bosco, Professor Wendel Mesquita e Mauro Tramonte, remotamente, membros da supracitada comissão. Está presente, também, remotamente, o deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes.

A presidência informa que a reunião se destina a discutir o Projeto de Lei nº 2.976/2021, do governador do Estado, que altera a Lei nº 22.944, de 15/1/2018, que institui o Sistema Estadual de Cultura, o Sistema de Financiamento à Cultura e a Política Estadual de Cultura Viva e dá outras providências, e subsidiar sua tramitação. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras.

Adriana Almeida do Carmo, gerente de Investimento Social da Fundação Arcelor Mittal, Janaína Amaral Pereira da Silva, superintendente de Fomento Cultural, Economia Criativa e Gastronomia da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult –, Aryanne Ribeiro, vice-presidente do Conselho Estadual de Política Cultural – Consec; e os Srs. Xisto Siman, artista, produtor, ativista cultural e coordenador do Circovolante, Leônidas Oliveira, secretário de Estado de Cultura e Turismo – Secult –, José de Oliveira Júnior, diretor de Economia Criativa da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais, Claudio Costa Bianchini, diretor de Comunicação da Cemig, Sérgio de Paula e Silva Júnior, secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de São José da Lapa e presidente da Rede Estadual de Gestores de Cultura e Turismo, Igor Arci Gomes, subsecretário da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult –, Thiago Alvim, mestre em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais e cofundador da Nexo Investimento e Startup Prosas, Israel do Vale, membro do Fórum Permanente de Cultura de Minas Gerais, Paulo Morais, jornalista, mestre em Gestão Pública pela Universidade Federal de Alfenas e integrante do Comitê Gestor da Política Estadual de Cultura Viva, e a Sra. Maria Magdalena Rodrigues da Silva, presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais – Sated-MG. O presidente, deputado Bosco, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2022.

Bosco, presidente.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 11/5/2022

Às 9h42min, comparecem à reunião a deputada Ana Paula Siqueira e o deputado André Quintão, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Doutor Jean Freire. Havendo número regimental, a presidente, deputada Ana Paula Siqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita. A presidência informa que a reunião se destina a receber e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater as consequências da pandemia na vida das crianças e dos adolescentes e monitorar a execução do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, a pedido da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes. A seguir, comunica o recebimento da correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 5/5/2022: ofício do Sr. Reynaldo Passanezi Filho, da Companhia Energética de Minas Gerais. A presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, cuja relatoria o presidente da comissão, deputado Celinho Sintrocel, avocou para si: Projetos de Lei nºs 3.362, no 1º turno, e 2.496 e 2.944/2021, ambos em turno único. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Carolina Neves de Oliveira, conselheira estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, representando o presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cedca; Gabriela Cintra Januario, diretora de Ações Temáticas e Estratégicas da Subsecretaria de Políticas e Atenção à Saúde da Secretaria de Estado de Saúde, representando o secretário de Estado de Saúde; Petrúcia de Melo Andrade, ex-secretária nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e ex-presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda; Eliane Quaresma Caldeira de Araújo, coordenadora estadual dos Direitos da Criança e dos Adolescentes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social; e Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth, coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CAODCA; e os Srs. Duílio Silva Campos, subsecretário de Direitos Humanos da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social – Sedese –, representando a secretária de Estado de Desenvolvimento Social; Junie Penna, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais; Bernardo Pinto Coelho Naves, superintendente de Integração e Planejamento Operacional da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública,

representando o secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública; Pedro D'Angelo Ribeiro, coordenador do Núcleo de Gestão Ambiental da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Júlio César de Araujo, vereador da Câmara Municipal de Itabira – CMI; Moisés Barbosa Ferreira Costa, coordenador do Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de Minas Gerais – Fevcamg; Carlos Guilherme da Cruz, presidente do Fórum Mineiro de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares; Rubinho do Vale, cantor; e Maurício Santos da Silva Damas, representante do Circo de Belô. A presidente, coautora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e passa a palavra ao deputado Doutor Jean Freire, também coautor da proposição. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2022.

Ulysses Gomes, presidente.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 21/6/2022

Às 10h8min, comparecem à reunião os deputados Thiago Cota, Dalmo Ribeiro Silva e Fábio Avelar de Oliveira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Thiago Cota, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Gabriela Gervason Reis, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (3/12/2021); e dos Srs. Reynaldo Passanezi Filho, da Companhia Energética de Minas Gerais (3/12/2021 e 24/3/2022); e Marcelo Angelo de Paula Bomfim, do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A (19/3/2022). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 58/2019 e 3.008/2021, no 1º turno, 2.288 e 2.289/2020, em turno único (deputado Dalmo Ribeiro Silva); 3.566/2022, em turno único (deputado Fábio Avelar de Oliveira); 3.220/2021, no 1º turno, e 3.593/2022, em turno único (deputado Professor Irineu); e 3.662/2022, no 1º turno (deputado Thiago Cota). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação na forma do vencido no 1º turno com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta, do Projeto de Lei nº 5.240/2018, em 2º turno (relator: deputado Thiago Cota). Registram-se as presenças dos deputados Bernardo Mucida, membro da comissão, e Charles Santos. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, do Projeto de Lei nº 3.008/2021, no 1º turno (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 2.288/2020, que recebeu parecer por sua aprovação (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado Requerimento nº 12.503/2022, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizado debate público sobre a implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável constantes das definições da Conferência da Organização das Nações Unidas – ONU – em 2012, na cidade do Rio de Janeiro, e reforçados em 2015, sugerindo-se que no evento sejam inclusas entidades nacionais, regionais e locais que possam somar ao tema, por meio de exposições de problemas, soluções e *cases* de sucesso. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2022.

Duarte Bechir, presidente – João Leite – Fernando Pacheco.

ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 12/7/2022

Às 10h3min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Coronel Sandro, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: e-mails dos Srs. Alexandre Vinícius dos Santos, encaminhado pelo Portal Fale com as Comissões, solicitando a fiscalização do processo seletivo da Polícia Penal de Minas Gerais, alegando custar aos cofres públicos mais de R$12 milhões de reais, sem considerar a discussão sobre a Proposta de Emenda à Constituição da PPMG, os servidores contratados e o concurso que já está em andamento; Gustavo Augusto da Silva, encaminhado pelo Portal Fale com as Comissões, solicitando apoio para a apuração de denúncias de abuso de autoridade no Município de Nova Lima; e Antônio Miguel dos Reis Júnior, encaminhado pelo Portal Fale com as Comissões, solicitando informações sobre a anistia concedida a policiais militares que participaram da greve de 1997. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Luciana Vianna de Salles Drumond, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (5/5/2022 e 6/5/2022) e Flávia Fátima Lopes, da Polícia Militar de Minas Gerais (30/4/2022 e 7/5/2022); e dos Srs. André Luís Santana Moraes, diretor-presidente da Minas Arena – Gestão de Instalações Esportivas S.A. (17/12/2021), Rogério Greco, da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (28/4/2022 e 2 / 5/5/2022), Leorges de Araújo Rodrigues, da Secretaria-Geral do Estado de Minas Gerais (30/4/2022), Henrique Caputo Resende, do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (30/4/2022 e 6/5/2022), e Joaquim Francisco Neto e Silva, da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (5/5/2022, 26/4/2022 e 7/6/2022). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 11.469, 11.470, 11.493 e 11.558/2022. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.411/2021. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.723/2022, do deputado Arnaldo Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Uberlândia, pelo êxito na operação que culminou na prisão de um homem acusado de atacar mulheres na cidade;

nº 12.736/2022, do deputado Delegado Heli Grilo, em que requer seja realizada audiência pública para debater a necessidade premente de convocação dos candidatos aprovados no Concurso Público 2021/1 da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, para preenchimento de todos os cargos atualmente vagos dentro do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, diante do evidente déficit de efetivo da corporação;

nº 12.789/2022, do deputado Bruno Engler, em que requer seja formulado voto de congratulações com 2º-Ten. Wesley Dhionatas Carvalho Manduca, 2º-Sgt. Paulo Sérgio Ferreira, 1º-Sgt. Vanderci Rodrigues Santana, Cb. Juliana Cristina Dias, Cb. Braytner Israel da Silva, Cb. Diego Silva e Sousa, Sd. Pedro Lucas Souza Ferreira e Sd. Gustavo Soares Oliveira pela participação na ocorrência, no Município de Belo Horizonte, em que, em ato de bravura e ação corajosa, impediram que um indivíduo cometesse autoextermínio em um viaduto sobre o anel rodoviário, evitando uma tragédia;

nº 12.843/2022, do deputado Delegado Heli Grilo, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis que participaram da segunda fase da Operação Vale Ouro, em 8 de junho de 2022, que culminou na prisão em flagrante de duas

pessoas envolvidas no desvio de fertilizantes de alto valor da antiga empresa Vale, atual empresa Mosaic, e na apreensão de um veículo Porsche Macan, uma caminhonete GM S10, uma pistola da marca Bereta, calibre 6,35mm, duas pistolas da marca Taurus, calibre 9mm, uma pistola da marca Taurus, calibre 22, um revólver da marca Taurus, calibre .357 Magnum, uma espingarda calibre 12, farta quantidade de munição dos calibres 12, .22, 9mm, .380, .357 Magnum e .25 Auto, R$10.189,00 em espécie, 596g de correntes, braceletes e pingentes de ouro, cinco celulares, quatro relógios de marcas diversas, cinco *notebooks*, duas porções de substância semelhante a maconha e dois pinos de substância semelhante a cocaína;

nº 12.875/2022, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite e da deputada Delegada Sheila, em que requerem seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações consubstanciadas na apresentação do valor total dos recursos de investimento destinados à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, em 2022, pelo governo do Estado;

nº 12.876/2022, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite e da deputada Delegada Sheila em que requerem seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de informações acerca das medidas adotadas pela instituição com o objetivo de implementar o banco de dados previsto na Lei n° 23.753, de 2021, que dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado e altera a Lei nº 13.968, de 27 de julho de 2001, que regulamenta o art. 297 da Constituição do Estado e dá outras providências.

nº 12.877/2022, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite e da deputada Delegada Sheila, em que requerem seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de informações sobre as medidas adotadas pela instituição visando à prevenção ao autoextermínio de policiais civis, inclusive os recursos financeiros destinados a programas e políticas públicas com essa finalidade;

nº 12.878/2022, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite e da deputada Delegada Sheila em que requerem seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de informações sobre as medidas que têm sido adotadas e que estão sendo planejadas com vistas a melhorar o atendimento nas delegacias de plantão que operam sob a metodologia do plantão digital, inclusive a fim de se evitar que haja sobrecarga de trabalho para os policiais civis lotados nessas unidades, que vítimas, testemunhas e policiais militares aguardem demasiadamente pelo atendimento e pela conclusão dos procedimentos e que o registro de determinadas ocorrências seja prejudicado pela impossibilidade de contato pessoal e direto com vítimas, testemunhas e suspeitos;

nº 12.879/2022, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite e da deputada Delegada Sheila, em que requerem seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas em sugestões com vistas a melhorar o atendimento prestado pelas delegacias de plantão da Polícia Civil que operam sob a metodologia do plantão digital, inclusive a fim de se evitar que vítimas, testemunhas e policiais militares aguardem demasiadamente pelo atendimento e pela conclusão dos procedimentos, que haja longos deslocamentos a fim de se lavrar o feito e que o registro de determinadas ocorrências seja prejudicado pela impossibilidade de contato pessoal e direto com testemunhas, vítimas e suspeitos;

nº 12.880/2022, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite e da deputada Delegada Sheila, em que requerem seja encaminhado à chefia da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov –, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – e à Secretaria-Geral do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que se adotem, no âmbito de sua competência, as medidas cabíveis a fim de autorizar e realizar, de forma contínua, concursos públicos e a convocação de excedentes para os diversos cargos da PCMG, tendo em vista a importância desse órgão para a sociedade mineira e considerando-se o atual déficit de seu efetivo, da ordem de 44,5% no geral, o que gera um danoso círculo vicioso que repercute diretamente na sobrecarga de trabalho de delegados, escrivães, investigadores, médicos legistas e peritos criminais da instituição, em seu adoecimento e na qualidade da prestação dos serviços de polícia judiciária ao cidadão;

Nº 12.881/2022, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite e da deputada Delegada Sheila, em que requerem seja encaminhado ao titular da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de informações acerca das medidas adotadas pela Sejusp para publicar, anualmente, o número de policiais penais e agentes de segurança socioeducativos mortos ou feridos em serviço, ou em razão dele, e o número desses servidores, aposentados, mortos ou feridos, conforme prevê a Lei nº 23.871, de 2021, que altera a Lei nº 13.772, de 2000, a qual dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado;

nº 12.882/2022, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite e da deputada Delegada Sheila, em que requerem seja encaminhado ao titular da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de informações acerca das medidas adotadas pela Sejusp visando contribuir para o cumprimento da Lei nº 23.754, de 2021, que altera a Lei nº 13.772, de 2000, a qual dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado;

nº 12.883/2022, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite e da deputada Delegada Sheila, em que requerem seja encaminhado ao titular da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de informações acerca das medidas adotadas pela Sejusp visando contribuir para o cumprimento da Lei n° 23.753, de 2021, que dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado e altera a Lei nº 13.968, de 27 de julho de 2001, que regulamenta o art. 297 da Constituição do Estado e dá outras providências.

nº 12.884/2022, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite e da deputada Delegada Sheila, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Secretaria-Geral do Estado pedido de providências para adoção, no âmbito de sua competência, das medidas cabíveis com vistas a autorizar e realizar, de forma contínua, concursos públicos e a convocação de excedentes nos concursos e processos seletivos para policias penais e agentes de segurança socioeducativa, considerando-se a importância dos serviços prestados pelos sistemas prisional e socioeducativo para a sociedade mineira e o atual déficit em seus quadros, respectivamente da ordem de 21,5% (não considerados os policiais penais contratados, por não ocuparem cargos) e 53,2%, o que gera um danoso círculo vicioso que repercute diretamente na sobrecarga de trabalho desses servidores, em seu adoecimento e na qualidade dos serviços que prestam aos cidadãos;

nº 12.885/2022, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite e da deputada Delegada Sheila, em que requerem seja encaminhado ao titular da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e ao titular da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de informações consubstanciadas na apresentação do valor total dos recursos de investimento destinados ao sistema prisional e também ao sistema socioeducativo, em 2022, pelo governo do Estado;

nº 12.888/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada visita técnica da Comissão de Segurança Pública ao Centro de Atividades Musicais da Polícia Militar de Minas Gerais, para verificar, *in loco*, as condições estruturais das instalações físicas do local, a infraestrutura e a logística da unidade, o efetivo, os equipamentos disponíveis para o exercício da atividade policial especializada e, de modo geral, as condições de trabalho que os policiais militares têm à disposição para o desempenho de suas atividades na referida unidade;

nº 12.892/2022, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja formulada manifestação de aplauso aos policiais penais Wemerson Demetrius da Silva Júnior, Ricardo Rodrigues Pires e Marcus Luiz Vargas, que contiveram a fuga de 12 detentos da Penitenciária Ariosvaldo Campos Pires, em Juiz de Fora, em 12 de junho de 2022;

nº 12.899/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado aos membros do Comitê de Orçamento e Finanças da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Cofin – Marcel Dornas Beghini, secretário-geral do Estado de Minas Gerais, presidente do comitê, Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda, Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, e Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, pedido de providências para que os

candidatos aprovados como excedentes no concurso para investigador de polícia I, regido pelo Edital nº 5/2021, consoante os princípios da economicidade e eficiência da administração pública, dispostos nos arts. 13 e 74 da Constituição Estadual de 1989, sejam convocados para o curso de formação, visando à redução do déficit de efetivo da Polícia Civil de Minas Gerais;

nº 12.900/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado aos membros do Comitê de Orçamento e Finanças da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Cofin – Marcel Dornas Beghini, secretário-geral do Estado de Minas Gerais, presidente do referido comitê, Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda, Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, e Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, pedido de providências para que os candidatos aprovados como excedentes no concurso para soldado de 1ª Classe do Corpo de Bombeiros Militar – CFSD BM 2022 –, consoante os princípios da economicidade e eficiência da administração pública, dispostos nos arts. 13 e 74 da Constituição Estadual de 1989, sejam convocados para o respectivo curso de formação, visando à redução do déficit de efetivo do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais;

nº 12.901/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado aos membros do Comitê de Orçamento e Finanças da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Cofin – Marcel Dornas Beghini, secretário-geral do Estado de Minas Gerais, presidente do referido comitê, Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda, Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, e Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, pedido de providências para que os candidatos aprovados como excedentes no concurso para soldado de 1ª classe – CFSD PM 2022 –, consoante os princípios da economicidade e eficiência da administração pública, dispostos nos arts. 13 e 74 da Constituição Estadual de 1989, sejam convocados para o curso de formação, visando à redução do déficit de efetivo da Polícia Militar de Minas Gerais;

nº 12.902/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado aos membros do Comitê de Orçamento e Finanças da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Cofin – Marcel Dornas Beghini, secretário-geral do Estado de Minas Gerais, presidente do referido comitê, Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda, Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, e Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, pedido de providências para que os candidatos aprovados como excedentes no concurso público para o cargo de perito criminal regido pelo Edital nº 3/2021, consoante os princípios da economicidade e eficiência da administração pública, dispostos nos arts. 13 e 74 da Constituição Estadual de 1989, sejam convocados para o respectivo curso de formação, visando à redução do déficit de efetivo da Polícia Civil de Minas Gerais;

nº 12.903/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado aos membros do Comitê de Orçamento e Finanças da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Cofin – Marcel Dornas Beghini, secretário-geral do Estado de Minas Gerais, presidente do referido comitê, Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda, Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, e Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, pedido de providências para que os candidatos aprovados como excedentes no concurso para polícia penal regido pelo Edital Sejusp nº 02/2021, consoante os princípios da economicidade e eficiência da administração pública, dispostos nos arts. 13 e 74 da Constituição Estadual de 1989, sejam convocados para o respectivo curso de formação, visando à redução do déficit de efetivo da Polícia Penal de Minas Gerais;

nº 12.904/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado aos membros do Comitê de Orçamento e Finanças da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Cofin – Marcel Dornas Beghini, secretário-geral do Estado de Minas Gerais, presidente do referido comitê, Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda, Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, e Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, pedido de providências para que os candidatos aprovados como excedentes no concurso para delegado de polícia regido pelo Edital nº 01/2021, consoante os princípios da economicidade e eficiência da administração pública, dispostos nos arts. 13 e 74 da Constituição Estadual de 1989, sejam convocados para o respectivo curso de formação, visando à redução do déficit de efetivo da Polícia Civil de Minas Gerais;

nº 12.906/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhada ao presidente da Câmara Municipal de Ouro Fino, para conhecimento, cópia do requerimento que solicita ao governador do Estado e ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para instalação de uma fração do CBMMG nesse município;

nº 12.907/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que reequer sejam encaminhados ao governador do Estado e ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências, com vistas à instalação de uma fração do CBMMG no Município de Ouro Fino, e cópia do Ofício PHCS nº 160/2022 e seus anexos, que subsidiam o pedido em tela;

nº 12.913/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado aos membros do Comitê de Orçamento e Finanças da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Cofin – Marcel Dornas Beghini, secretário-geral do Estado e presidente do referido comitê, Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda, Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, e Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, pedido de providências para que os candidatos aprovados como excedentes no concurso para escrivão de polícia regido pelo Edital nº 04/2021, consoante os princípios da economicidade e eficiência da administração pública, dispostos nos arts. 13 e 74 da Constituição Estadual de 1989, sejam convocados para o curso de formação, visando à redução do déficit de efetivo da Polícia Civil de Minas Gerais;

nº 12.915/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao titular da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp –, ao chefe da Polícia Civil, ao comandante-geral da Polícia Militar e ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar pedido de informações consubstanciadas nos seguintes dados, no âmbito de sua competência, relativos a acordos, convênios e ajustes de cooperação firmados com os municípios mineiros, conselhos comunitários de segurança pública – Conseps –, outros órgãos estaduais e federais e empresas privadas, a título de mútua cooperação administrativa: tipo de acordos, convênios e ajustes de cooperação firmados, discriminados por município, Conseps, outros órgãos estaduais e federais ou empresas privadas; objeto específico de cada um desses acordos, convênios ou ajustes de cooperação; e valores e serviços prestados em cada um desses acordos, convênios ou ajustes de cooperação;

nº 12.916/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizado debate público para discutir a responsabilidade e a participação dos três entes da Federação no financiamento e na prestação da política pública de segurança pública no Estado;

nº 12.918/2022, dos deputados Sargento Rodrigues e Coronel Sandro, em que requerem seja realizada audiência pública para debater com os representantes dos Colecionadores de Armas, Atiradores Desportivos e Caçadores – CAC – os Decretos Federais nºs 10.627/2021, 10.030/2019 e 9.846/2019, a Portaria nº 150-Colog/2019 e o Memorando nº 30.140.4/2021 – EMPM –, considerando-se a necessidade de esclarecer o direito ao transporte desmuniciado de arma de fogo, munições e acessórios e a atuação da Polícia Militar.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente.

CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

– O 1º-secretário despachou, em 14/7/2022, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Bruno Caetano Pinto, diretor de Orçamento e Finanças da Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Regional, comunicando a liberação de recursos ao Estado no valor de R$500.000,00, referentes ao Cronograma de Reembolso do Convênio/Cadastro Siafi/nº 853168. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Humberto Martins, presidente do Conselho da Justiça Federal, comunicando que designou o dia 19 de agosto de 2022 como data de instalação do Tribunal Federal da 6ª Região, nos termos da Portaria CJF nº 386/2022. (– À Comissão de Administração Pública.)

Do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-Ute-MG – e demais sindicatos que assinam o documento, em que solicitam, com urgência, o agendamento de reunião das entidades representativas do funcionalismo público com a presidência desta Casa, para debater as alternativas do Estado ao regime de recuperação fiscal e as medidas a serem adotadas por esta Casa com relação às decisões judiciais relativas ao Projeto de Lei nº 1.202/2019 e à conduta do Poder Executivo em relação à matéria. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Thales Almeida Pereira Fernandes, secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, solicitando a esta Casa que proceda, com celeridade, à indicação dos membros que deverão compor o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Minas Gerais – Cedraf-MG –, nos próximos dois anos, considerando-se que se aproxima o fim do mandato dos membros atuais. (– À Comissão de Agropecuária.)

Do Ministério do Desenvolvimento Regional, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.186/2021, do deputado Tadeu Martins Leite. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Prefeitura Municipal de Rio Acima, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.103/2022, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Prefeitura Municipal de Rio Acima, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.110/2022, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.197/2022, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.214/2022, da Comissão da Pessoa com Deficiência. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.215/2022, da Comissão da Pessoa com Deficiência. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.216/2022, da Comissão da Pessoa com Deficiência. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com Neuza Soares Medeiros pela ampla e relevante dedicação à medicina há 41 anos, no Município de Belo Horizonte. (Requerimento nº 11.441/2022, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com Daniele do Amaral Silva pela relevante atuação como médica pediatra no Hospital Municipal São Judas Tadeu em Ribeirão das Neves (Requerimento nº 11.442/2022, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com a Coopertaxi BH, na pessoa de seu presidente, Sr. Leonardo Fábio de Souza, pelo convite recebido para participar do evento Taxi Summit 2022, a ser realizado no dia 6/7/2022, em razão do destaque da cooperativa na América Latina (Requerimento nº 11.566/2022, da Comissão de Transporte);

de congratulações com Aluísio de Aguiar Maia Saliba, Mario de Aguiar Maia Saliba e Maria Helena Maia Saliba Ribeiro por suas importantes atuações na restauração do Edifício Aída Maia – edificação construída na década de 1900 e tombada pelo Patrimônio Histórico Municipal no ano de 2000, situado na Rua Tupinambás, 320, Centro, Belo Horizonte –, e de outros prédios históricos no Estado de Minas Gerais (Requerimento nº 11.597/2022, da Comissão de Cultura);

de congratulações com a Associação Quilombola Tocoiós Canto e Coral pela realização do I Encontro de Corais do Vale Jequitinhonha, no dia 29 de maio de 2022, no Município de Francisco Badaró (Requerimento nº 11.598/2022, da Comissão de Cultura);

de congratulações com o Coral Flor da Terra pelo importante trabalho de fomento e divulgação da cultura popular do Vale Jequitinhonha (Requerimento nº 11.599/2022, da Comissão de Cultura);

de congratulações com o Sr. Emílio Ludovico Neumann, presidente da Associação Comercial, Industrial, de Turismo, Serviços e Agronegócios de Araxá – Acia –, e com a Sra. Elisa Borges Viana da Costa Baião Macêdo, presidente da Fundação Cultural Acia – Facia –, pela realização e sucesso do Festival Saberes e Sabores de Araxá (Requerimento nº 11.600/2022, da Comissão de Cultura);

de congratulações com o Grupo de Apoio e Tratamento da Dor pelos relevantes serviços prestados relativos à dor crônica desde 2011, no Município de Juiz de Fora (Requerimento nº 11.614/2022, da Comissão de Saúde).

REQUERIMENTOS APROVADOS

REQUERIMENTOS APROVADOS

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se, em relação aos requerimentos que têm como destinatários titulares dos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado, o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

REQUERIMENTO Nº 11.055/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 4/5/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte pedido de providências com vistas ao provimento da Unidade de Pronto Atendimento – UPA – do Barreiro – de recursos humanos e materiais necessários ao seu bom funcionamento, especialmente diante da sobrecarga na demanda por atendimentos decorrente do não funcionamento, até o momento, do setor de urgência e emergência do Hospital Júlia Kubitschek.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 9ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 28/4/2022, que teve por finalidade debater as condições atuais de funcionamento do Hospital Júlia Kubitschek para atendimento à saúde da mulher, tendo em vista as notícias que indicam o fechamento da unidade de emergência e do serviço ambulatorial de saúde da mulher, bem como os impactos da interrupção dos serviços para o atendimento pré-natal e para a maternidade.

Sala das Reuniões, 4 de maio de 2022.

Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

REQUERIMENTO Nº 11.246/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 24/5/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que promovam campanhas permanentes de conscientização da população sobre o uso racional dos medicamentos e os perigos da automedicação.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 11ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 17/5/2022, que teve por finalidade debater a importância do uso racional de medicamentos na saúde da mulher, por ocasião da campanha promovida pelo Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais, durante o mês de maio.

Sala das Reuniões, 24 de maio de 2022.

Ana Paula Siqueira, Presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

REQUERIMENTO Nº 11.247/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 24/5/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério da Saúde e à Fundação Oswaldo Cruz pedido de providências para apoiar e fortalecer o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas – Sinitox.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 11ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 17/5/2022, que teve por finalidade debater a importância do uso racional de medicamentos na saúde da mulher, por ocasião da campanha promovida pelo Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais, durante o mês de maio.

Sala das Reuniões, 24 de maio de 2022.

Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

REQUERIMENTO Nº 11.258/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde – SMSA – de Belo Horizonte pedido de providências para que seja restabelecido com urgência o quadro de médicos pediatras para atendimento na Unidade de Pronto Atendimento – UPA Barreiro –, tendo em vista o número expressivo de crianças que procuram a unidade em busca de assistência médica, mas não conseguem atendimento pela ausência de profissionais à disposição dos usuários.

Sala das Reuniões, 31 de maio de 2022.

Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

REQUERIMENTO Nº 11.259/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde – SMSA – em Belo Horizonte pedido de providências para que sejam adotadas as medidas necessárias para que os oito médicos aprovados no último concurso realizado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e já empossados, comecem a trabalhar imediatamente nas UPAs da Capital, considerando a nota divulgada pela Secretaria Municipal de Saúde que informa a disponibilidade desses profissionais, e também os inúmeros registros de falta de atendimento para os usuários das unidades.

Sala das Reuniões, 31 de maio de 2022.

Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

REQUERIMENTO Nº 11.260/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde – SMSA – de Belo Horizonte pedido de providências para que, nas hipóteses em que for constatada a deficiência do quadro de médicos na UPA-Barreiro que impossibilite a prestação de assistência médica imediata aos usuários, que sejam adotadas as medidas necessárias pela Secretaria para assegurar o transporte imediato dos usuários para a unidade de pronto atendimento mais próxima e com menos sobrecarga de atendimento.

Sala das Reuniões, 31 de maio de 2022.

Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

REQUERIMENTO Nº 11.305/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Andréia de Jesus aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 8/6/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Copasa pedido de providências para a tomada de medidas efetivas de tratamento do esgoto que é lançado no leito do Rio Mucuri, em território mineiro, notadamente nos Municípios de Teófilo Otôni, Carlos Chagas, Novo Oriente, Nanuque e Serra dos Aimorés.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 4ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 26/5/2022, que teve por finalidade debater a situação dos pescadores do Rio Mucuri, principalmente em relação aos problemas ocasionados pelos aguapés que estão impedindo a atividade pesqueira no município e na região.

Sala das Reuniões, 9 de junho de 2022.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

REQUERIMENTO Nº 11.306/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Andréia de Jesus aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 8/6/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Copasa pedido de providências para fiscalização do lançamento irregular de esgoto no Rio Mucuri, em território mineiro, notadamente nos Municipios de Teófilo Otoni, Carlos Chagas, Novo Oriente, Nanuque e Serra dos Aimorés.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 4ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 26/5/2022, que teve por finalidade debater a situação dos pescadores do Rio Mucuri, principalmente em relação aos problemas ocasionados pelos aguapés que estão impedindo a atividade pesqueira no município e na região.

Sala das Reuniões, 9 de junho de 2022.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

REQUERIMENTO Nº 11.310/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Andréia de Jesus aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 8/6/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – Ana – pedido de providências para o monitoramento das águas do Rio Mucuri e a fiscalização de lançamento irregular de esgoto nesse rio, produzido pelo Frigorífico Rio Doce S.A. – Frisa –, localizado no Município de Nanuque.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 4ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 26/5/2022, que teve por finalidade debater a situação dos pescadores do Rio Mucuri, principalmente em relação aos problemas ocasionados pelos aguapés que estão impedindo a atividade pesqueira no município e na região.

Sala das Reuniões, 9 de junho de 2022.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

REQUERIMENTO Nº 11.311/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Andréia de Jesus aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 8/6/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – pedido de providências para fiscalização do lançamento irregular de esgoto no Rio Mucuri, em território mineiro, notadamente nos Municípios de Teófilo Otoni, Carlos Chagas, Novo Oriente, Nanuque e Serra dos Aimorés.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 4ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 26/5/2022, que teve por finalidade debater a situação dos pescadores do Rio Mucuri, principalmente em relação aos problemas ocasionados pelos aguapés que estão impedindo a atividade pesqueira no município e na região.

Sala das Reuniões, 9 de junho de 2022.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

REQUERIMENTO Nº 11.335/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada e do deputado Betão aprovado na 13ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/6/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de providências para o efetivo funcionamento do Conselho Local de Saúde do Hospital Júlia Kubitschek, garantindo as condições necessárias ao exercício de suas

atividades, considerando-se relato ocorrido durante visita técnica da comissão ao hospital, no dia 25/5/2022, de que as reuniões e consequentes deliberações do colegiado não vêm ocorrendo.

Sala das Reuniões, 8 de junho de 2022.

Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

REQUERIMENTO Nº 11.339/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada e do deputado Betão aprovado na 13ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/6/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de providências para adotar as medidas necessárias para a imediata reparação dos chuveiros inoperantes do Hospital Júlia Kubitschek, especialmente daqueles localizados nas enfermarias das alas A e C, considerando relato ocorrido durante visita técnica realizada pela comissão ao hospital, no dia 25/5/2022, de que, dos 7 chuveiros disponíveis na enfermaria da ala A, somente 3 estão funcionando, e dos 10 chuveiros disponíveis na enfermaria da ala C, somente 3 estão em correto funcionamento, o que vem gerando sério desconforto aos pacientes e acompanhantes, sobretudo diante do frio que acomete Belo Horizonte no momento e da proximidade da estação do inverno, marcada por baixas temperaturas.

Sala das Reuniões, 8 de junho de 2022.

Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

REQUERIMENTO Nº 11.340/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento desta deputada e do deputado Betão aprovado na 13ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/6/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de providências para aquisição, com a urgência possível, de gerador de energia para a Central de Material e Esterilização – CME – do Hospital Júlia Kubitschek, considerando-se o relato apresentado à Comissão durante visita técnica realizada ao referido hospital, em 25/5/2022, dando conta de que a indisponibilidade desse equipamento para a CME tem prejudicado a prestação dos serviços, sendo que as unidades equivalentes em outros hospitais da Rede Fhemig têm a sua disposição o referido gerador de energia.

Sala das Reuniões, 8 de junho de 2022.

Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede).

REQUERIMENTO Nº 11.562/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 22/6/2022, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao presidente da Mineradora Serra Leste, em Guanhães, pedido de informações a assistência social para a população da área de abrangência do empreendimento, bem como sobre as ações por ela desenvolvidas.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 10ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 25/5/2022, que teve por finalidade debater as condições de trabalho e o impacto sobre o conjunto das classes trabalhadoras e da

população em geral das atividades da Serra Leste Mineração localizada próxima ao Córrego dos Justos, na comunidade de Barreira de Cima, no Município de Guanhães.

Sala das Reuniões, 29 de junho de 2022.

Celinho Sintrocel, presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PCdoB).

REQUERIMENTO Nº 11.563/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento do deputado Carlos Pimenta aprovado na 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 5/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que seja sanada a dívida do Estado com as comunidades terapêuticas constantes na lista que encaminha.

Sala das Reuniões, 6 de julho de 2022.

João Vítor Xavier, presidente da Comissão de Saúde (Cidadania).

REQUERIMENTO Nº 11.564/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento dos deputados Charles Santos e Celinho Sintrocel aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 4/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que adote estratégias de policiamento específicas para proteção aos motoristas profissionais, compreendendo aqueles que operam por meio de aplicativos, taxistas, condutores de ônibus, entre outros, tendo em vista os relatos de violência a esses profissionais relatados em audiência pública da comissão, bem como seja encaminhado ao referido órgão as notas taquigráficas da 9ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater a saúde mental dos motoristas profissionais, compreendendo caminhoneiros, trabalhadores no transporte público de passageiros, taxistas, motoristas de aplicativos, socorristas, entre outros profissionais do segmento, em conjunto com a Frente Parlamentar de Prevenção à Automutilação, à Depressão e ao Suicídio, com o objetivo de buscar soluções e melhorias de políticas públicas para esses profissionais, para conhecimento.

Requer ainda seja encaminhado ao referido órgão as notas taquigráficas da 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas que teve por finalidade debater a saúde mental dos motoristas profissionais, compreendendo caminhoneiros, trabalhadores no transporte público de passageiros, taxistas, motoristas de aplicativos, socorristas, entre outros profissionais do segmento, em conjunto com a Frente Parlamentar de Prevenção à Automutilação, à Depressão e ao Suicídio, com o objetivo de buscar soluções e melhorias de políticas públicas para esses profissionais, para conhecimento.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 9ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 22/6/2022, que teve por finalidade debater a saúde mental dos motoristas profissionais, compreendendo caminhoneiros, trabalhadores no transporte público de passageiros, taxistas, motoristas de aplicativos, socorristas, entre outros profissionais do segmento, em conjunto com a Frente Parlamentar de Prevenção à Automutilação, à Depressão e ao Suicídio, com o objetivo de buscar soluções e melhorias de políticas públicas para esses profissionais.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

REQUERIMENTO Nº 11.565/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento dos deputados Charles Santos e Celinho Sintrocel aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 4/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à BH Airport – Aeroporto Internacional de Belo Horizonte em Confins – pedido de providências para que providencie espaços adequados para a operação do transporte por aplicativos no aeroporto, tanto para os motoristas que aguardam corridas, implantando sanitários próximos ao bolsão de estacionamento, quanto para os veículos utilizados no serviço, como estacionamento coberto, tendo em vista que há cobrança de tarifas pela concessionária aos prestadores desse serviço.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

REQUERIMENTO Nº 11.567/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 4/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra –, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit –, ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – e à Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. – EcoRodovias – em Curvelo, pedido de providências para que sejam tomadas medidas alternativas à instalação de divisórias fixas de faixa na BR-135, de administração da Eco135, entre o trecho que conecta a cidade Montes Claros a Bocaiúva, bem como a construção de trevos ou outro tipo de desvio e que seja instaurado um grupo de trabalho com a Seinfra, DNIT, DER, Eco135 e entidades da sociedade civil que representam os moradores de ambos os municípios, buscando alternativas que atendam às demandas da comunidade, promovam maior segurança e conforto e não sejam onerosas aos cidadãos.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

REQUERIMENTO Nº 11.569/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 4/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte e ao diretor-presidente da Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., em Curvelo, pedido de informações sobre a condução das obras para a instalação de divisórias fixas de faixa na BR-135, de administração da Eco135, entre o trecho que conecta a cidade Montes Claros a Bocaiúva; e sobre se a Eco135 e o DNIT promoveram algum contato com entidades da sociedade civil que representam os moradores da região, que serão os principais impactados pela obra.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

REQUERIMENTO Nº 11.570/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 4/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra –, à Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU – em Belo Horizonte, à Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte – STU-BH – e à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH – pedido de providências para que, nas tratativas de revisão dos convênios de integração física e tarifária entre o sistema de transporte coletivo intermunicipal metropolitano e o metrô da capital mineira, seja colocado em pauta o subsídio público às tarifas, visando tanto a efetividade da própria integração quanto a modicidade das tarifas.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

Justificação: Tal pleito atende demanda apresentada a essa comissão pelos canais institucionais da ALMG e é de grande relevância para a população da RMBH, notadamente nesse momento de aumento dos custos relativos ao setor de transporte.

REQUERIMENTO Nº 11.574/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento dos deputados Charles Santos e Celinho Sintrocel aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 4/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para instalação de pontos de apoio para os motoristas profissionais, no âmbito do Estado.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 9ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 22/6/2022, que teve por finalidade debater a saúde mental dos motoristas profissionais, compreendendo caminhoneiros, trabalhadores no transporte público de passageiros, taxistas, motoristas de aplicativos, socorristas, entre outros profissionais do segmento, em conjunto com a Frente Parlamentar de Prevenção à Automutilação, à Depressão e ao Suicídio, com o objetivo de buscar soluções e melhorias de políticas públicas para esses profissionais.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

REQUERIMENTO Nº 11.576/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento dos deputados Charles Santos e Celinho Sintrocel aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 4/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para melhoria das condições das estradas estaduais.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 9ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 22/6/2022, que teve por finalidade debater a saúde mental dos motoristas profissionais, compreendendo caminhoneiros, trabalhadores no transporte público de passageiros, taxistas, motoristas de aplicativos, socorristas, entre outros profissionais do segmento, em conjunto com a Frente Parlamentar de Prevenção à Automutilação, à Depressão e ao Suicídio, com o objetivo de buscar soluções e melhorias de políticas públicas para esses profissionais.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

REQUERIMENTO Nº 11.577/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento dos deputados Charles Santos e Celinho Sintrocel aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 4/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que seja subsidiado o transporte público de passageiros, com a finalidade de melhorar o serviço prestado e o ambiente de trabalho dos profissionais envolvidos.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 9ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 22/6/2022, que teve por finalidade debater a saúde mental dos motoristas profissionais, compreendendo caminhoneiros, trabalhadores no transporte público de passageiros, taxistas, motoristas de aplicativos, socorristas, entre outros profissionais do segmento, em conjunto com a Frente Parlamentar de Prevenção à Automutilação, à Depressão e ao Suicídio, com o objetivo de buscar soluções e melhorias de políticas públicas para esses profissionais.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

REQUERIMENTO Nº 11.578/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 4/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para a volta da normalidade de operação da linha de ônibus metropolitano 6440, que atende os Bairros Napoli e Francisco Adriângela, no Município de Ribeirão das Neves, e para a ampliação dos horários dessa linha, devido à superlotação, que gera constrangimento e estresse aos passageiros e faz com que busquem outras alternativas de transporte, que em sua maioria são mais caras.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

REQUERIMENTO Nº 11.579/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento dos deputados Charles Santos e Celinho Sintrocel aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 4/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Comando de Policiamento Rodoviário da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo de policiamento nas rodovias estaduais sob sua jurisdição, para fins de prevenção de acidentes e também de aumento da segurança aos motoristas profissionais.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 9ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 22/6/2022, que teve por finalidade debater a saúde mental dos motoristas profissionais, compreendendo caminhoneiros, trabalhadores no transporte público de passageiros, taxistas, motoristas de aplicativos, socorristas, entre outros profissionais do segmento, em

conjunto com a Frente Parlamentar de Prevenção à Automutilação, à Depressão e ao Suicídio, com o objetivo de buscar soluções e melhorias de políticas públicas para esses profissionais.

Sala das Reuniões, 5 de julho de 2022.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

REQUERIMENTO Nº 11.580/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Educação, Ciência e Tecnologia, de Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, de Desenvolvimento Econômico, de Assuntos Municipais e Regionalização, de Comissão Extraordinária das Privatizações e de Minas e Energia, atendendo a requerimento do deputado Gil Pereira aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 5/7/2022, solicitam a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig – pedido de providências para que seja efetivada a construção de um gasoduto ligando os Municípios de Sete Lagoas e Montes Claros, no norte de Minas, salientando-se que este requerimento é decorrente das discussões realizadas na 1ª Reunião Conjunta desta comissão com as Comissões Extraordinárias das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos e das Privatizações e as Comissões de Desenvolvimento Econômico, de Educação, Ciência e Tecnologia e de Minas e Energia, que teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Sede e da Cemig em 2022, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio.

Sala das Reuniões, 6 de julho de 2022.

Rosângela Reis, presidenta da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (PL).

REQUERIMENTO Nº 11.581/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização, de Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, de Desenvolvimento Econômico, de Minas e Energia, de Educação, Ciência e Tecnologia e de Comissão Extraordinária das Privatizações, atendendo a requerimento do deputado Antonio Carlos Arantes aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 5/7/2022, solicitam a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências com vistas à criação de uma diretoria interna exclusiva para o atendimento às demandas do produtor rural, esclarecendo-se que o presente requerimento é decorrente das discussões realizadas na 1ª Reunião Conjunta da comissão com a Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, a Comissão Extraordinária das Privatizações, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia e a Comissão de Minas e Energia, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Companhia Energética de Minas Gerais em 2022, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando-se o período de 1º de janeiro a 31 de maio.

Sala das Reuniões, 6 de julho de 2022.

Rosângela Reis, presidenta da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (PL).

REQUERIMENTO Nº 11.582/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Desenvolvimento Econômico, de Comissão Extraordinária das Privatizações, de Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, de Minas e Energia, de Assuntos Municipais e Regionalização e de Educação,

Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento do deputado Gil Pereira aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 5/7/2022, solicitam a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que sejam priorizados em sua gestão a área de atuação do Idene na execução do Plano de Investimentos da Cemig, contemplando a construção de subestações, a expansão da distribuição de energia, a implantação do programa Minas Trifásico, a energização de poços artesianos por meio de energia solar e a ampliação da conexão da rede com os mini e microprodutores de energias renováveis, ressaltando-se que este requerimento é decorrente das discussões realizadas na 1ª Reunião Conjunta desta comissão com as Comissões Extraordinárias das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos e das Privatizações e as Comissões de Desenvolvimento Econômico, de Educação, Ciência e Tecnologia e de Minas e Energia, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Companhia Energética de Minas Gerais em 2022, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio.

Sala das Reuniões, 6 de julho de 2022.

Rosângela Reis, presidenta da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (PL).

REQUERIMENTO Nº 11.583/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Minas e Energia, de Comissão Extraordinária das Privatizações, de Desenvolvimento Econômico, de Educação, Ciência e Tecnologia, de Assuntos Municipais e Regionalização e de Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 5/7/2022, solicitam a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para que seja levada iluminação nas comunidades que habitam as proximidades do Parque Estadual do Rio Doce, assim como sejam promovidas políticas públicas de urbanização e regularização fundiária na região, ressaltando-se que este requerimento é decorrente das discussões realizadas na 1ª Reunião Conjunta desta comissão com as Comissões Extraordinárias das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos e das Privatizações e as Comissões de Desenvolvimento Econômico, de Educação, Ciência e Tecnologia e de Minas e Energia, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Companhia Energética de Minas Gerais em 2022, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio.

Sala das Reuniões, 6 de julho de 2022.

Rosângela Reis, presidenta da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (PL).

REQUERIMENTO Nº 11.584/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Desenvolvimento Econômico, de Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, de Comissão Extraordinária das Privatizações, de Minas e Energia, de Educação, Ciência e Tecnologia e de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento dos deputados Zé Guilherme e João Leite aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 5/7/2022, solicitam a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para seja retomado o programa Campos de Luz, que leva iluminação pública para espaços desportivos no Estado, salientando-se este requerimento é decorrente das discussões realizadas na 1ª Reunião Conjunta desta comissão com as Comissões Extraordinárias das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos e das Privatizações e as Comissões de Desenvolvimento

Econômico, de Educação, Ciência e Tecnologia e de Minas e Energia, que teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Sede e da Cemig em 2022, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 1ª Reunião Conjunta destas comissões com a Comissão Extraordinária das Privatizações, a Comissão de Minas e Energia, a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia e a Comissão de Desenvolvimento Econômico, realizada em 5/7/2022, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Companhia Energética de Minas Gerais em 2022, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio.

Sala das Reuniões, 6 de julho de 2022.

Rosângela Reis, presidenta da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (PL).

REQUERIMENTO Nº 11.601/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Delegada Sheila e do deputado João Leite aprovado na 33ª Reunião Extraordinária, realizada em 6/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que sejam adotadas as medidas cabíveis para publicar, anualmente, o número de bombeiros militares mortos ou feridos em serviço, ou em razão dele, e o número desses servidores, da reserva e reformados, mortos ou feridos, conforme prevê a Lei nº 23.871, de 2021, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 33ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 6/7/2022, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar em 2022, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio.

Sala das Reuniões, 6 de julho de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

REQUERIMENTO Nº 11.602/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Delegada Sheila e do deputado João Leite aprovado na 33ª Reunião Extraordinária, realizada em 6/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG pedido de providências para que sejam adotadas as medidas cabíveis para publicar, anualmente, o número de policiais militares mortos ou feridos em serviço, ou em razão dele, e o número desses servidores, da reserva e reformados, mortos ou feridos, conforme prevê a Lei nº 23.871, de 2021, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 33ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 6/7/2022, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar em 2022, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio.

Sala das Reuniões, 6 de julho de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

REQUERIMENTO Nº 11.604/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Delegada Sheila e do deputado João Leite aprovado na 33ª Reunião Extraordinária, realizada em 6/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam adotadas as medidas cabíveis para a melhoria das condições de trabalho na PMMG, a exemplo das instalações físicas, das viaturas, dos armamentos, dos equipamentos de proteção individual, ressaltando-se que esta comissão tem recebido denúncias sobre a utilização de coletes antibalísticos fora do prazo de validade atestado pelo fabricante do produto.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 33ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 6/7/2022, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar em 2022, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio.

Sala das Reuniões, 6 de julho de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

REQUERIMENTO Nº 11.605/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e do deputado João Leite e da deputada Delegada Sheila aprovado na 33ª Reunião Extraordinária, realizada em 6/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG –, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Secretaria-Geral do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que sejam adotadas as medidas cabíveis no sentido da autorizar, de forma perene, a realização de concursos públicos e convocação de excedentes para os diversos postos e graduações do CBMMG, tendo em vista a importância dessa instituição para a sociedade mineira e considerando o atual déficit do efetivo militar de aproximadamente 30%, o que repercute diretamente na sobrecarga de trabalho dos bombeiros militares, no adoecimento da tropa, na qualidade da prestação dos serviços ao cidadão que é quem paga os impostos e com isso sustenta a máquina pública.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 33ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 6/7/2022, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar em 2022, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio.

Sala das Reuniões, 6 de julho de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

REQUERIMENTO Nº 11.606/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Delegada Sheila e do deputado João Leite aprovado na 33ª Reunião Extraordinária, realizada em 6/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam adotadas as medidas cabíveis visando à prevenção ao suicídio de policiais militares, inclusive destinando recursos financeiros a programas e políticas públicas dessa natureza.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 33ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 6/7/2022, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar em 2022, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio.

Sala das Reuniões, 6 de julho de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

REQUERIMENTO Nº 11.607/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Delegada Sheila e do deputado João Leite aprovado na 33ª Reunião Extraordinária, realizada em 6/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam adotadas as medidas cabíveis para implementar o banco de dados previsto na Lei n° 23.753, de 2021, que dispõe sobre registro de informações relativas às armas de fogo e munições apreendidas no Estado.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 33ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 6/7/2022, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar em 2022, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio.

Sala das Reuniões, 6 de julho de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

REQUERIMENTO Nº 11.608/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e do deputado João Leite e da deputada Delegada Sheila aprovado na 33ª Reunião Extraordinária, realizada em 6/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam adotadas as medidas cabíveis para a publicação do número de Reds previsto na Lei nº 23.754, de 2021, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 33ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 6/7/2022, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar em 2022, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio.

Sala das Reuniões, 6 de julho de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

REQUERIMENTO Nº 11.610/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e do deputado João Leite e da deputada Delegada Sheila aprovado na 33ª Reunião Extraordinária, realizada em 6/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Secretaria-Geral do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que sejam adotadas as medidas cabíveis com vistas a

autorizar, de forma perene, a realização de concursos públicos e convocação de excedentes para os diversos postos e graduações da PMMG, tendo em vista a importância dessa instituição para a política de segurança pública estadual e considerando o atual déficit do efetivo militar de aproximadamente 27%, o que repercute diretamente na sobrecarga de trabalho dos policiais militares, no adoecimento da tropa, na qualidade da prestação dos serviços ao cidadão que é quem paga os impostos e com isso sustenta a máquina pública.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 33ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 6/7/2022, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar em 2022, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio.

Sala das Reuniões, 6 de julho de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

REQUERIMENTO Nº 11.615/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento do deputado Dalmo Ribeiro Silva aprovado na 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 12/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para a revisão da idade máxima para cadastro de pessoas que se enquadram no perfil de doadores de medula óssea, estabelecida pela Portaria nº 685/2021, do Ministério da Saúde, esclarecendo que se encontra em vigor em Minas Gerais a Lei nº 20.835/2013, de sua autoria, que determina a idade máxima em 55 anos, prazo bem maior do que o estipulado pela referida portaria, que limitou a idade máxima para o cadastro em apenas 35 anos, diminuindo significativamente a possibilidade de inscrição de doadores nesse banco de dados e, consequentemente, o potencial salvamento de vidas.

Sala das Reuniões, 12 de julho de 2022.

João Vítor Xavier, presidente da Comissão de Saúde (Cidadania).

Justificação: O tema tanto da doação de sangue, quanto da doação de medula óssea, constitui assunto de grande relevo para a sociedade, tendo em vista tratar-se de elemento chave para salvar vidas. Diariamente, nos deparamos com campanhas de doação de medula óssea, em face da escassez do referido tecido e do iminente risco a vida de muitas pessoas, a exemplo do menino Miguel, de Pouso Alegre, que há anos luta pela procura de um doador que seja compatível. Entretanto, fomos surpreendidos com a recente Portaria número 685/2021, do Ministério da Saúde, que limitou a idade máxima de cadastro de doadores em 35 anos, o que dificulta ainda mais as chances de ampliar os estoques de medula em nosso estado. No ano de 2011, tramitou nesta Casa o PL 1839, de nossa autoria, e que, após o intenso debate com a sociedade, foi aprovado por esta Casa e sancionado pelo então Governador Antônio Anastasia, o que originou a Lei nº 20.835/2013, que afixou a idade máxima para cadastro de doadores em 55 anos. Senhor Presidente e senhores deputados, salvo melhor juízo, a Portaria nº 685/2021 do Ministério da Saúde, ao alterar a idade máxima de doadores de 55 para 35 anos, retira de milhares de pessoas, em Minas Gerais e no Brasil, a esperança de encontrar doadores compatíveis e de ver suas vidas salvas.

REQUERIMENTO Nº 11.616/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento do deputado Mauro Tramonte aprovado na 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 12/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Governo do Estado pedido de providências com vistas a que seja dado o devido apoio à Santa Casa de Belo Horizonte,

considerando-se o incêndio sofrido por essa instituição responsável por cuidar da saúde de muitos mineiros, à doação de equipamentos médicos e à realização de termo de cooperação para reconstruir o que foi destruído.

Sala das Reuniões, 12 de julho de 2022.

João Vítor Xavier, presidente da Comissão de Saúde (Cidadania).

Justificação: No dia 27 de junho do presente ano, presenciamos uma tragédia ocorrida na Santa Casa de Belo Horizonte. O 10º andar, daquele hospital, onde funcionava a Centro de Terapia Intensiva (CTI), foi atingido por um incêndio que teria sido provocado por vazamento de oxigênio. Segundo informações do Corpo de Bombeiro da Polícia Militar, no momento do início do incêndio, haviam 931 pacientes internados. Foram registrados dois óbitos de pacientes que apresentavam quadros clínicos graves. Parte do hospital ficou destruído, portanto, tratamentos e internações foram prejudicados. Por essa razão, pedimos apoio ao Governo do Estado para que apoie e auxilie no que for necessário aquela instituição de saúde centenária, que cuida e já cuidou de muitos mineiros e é referência em tratamento hospitalar no Brasil. Diante disso, pedimos apoio aos nobres pares para aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 11.622/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Delegada Sheila e do deputado João Leite aprovado na 35ª Reunião Extraordinária, realizada em 12/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov –, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – e à Secretaria-Geral do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que adotem, no âmbito de sua competência, as medidas cabíveis a fim de autorizar e realizar, de forma contínua, concursos públicos e a convocação de excedentes para os diversos cargos da PCMG, tendo em vista a importância desse órgão para a sociedade mineira e considerando o atual déficit de seu efetivo, da ordem de 44,5% no geral, o que gera um danoso círculo vicioso que repercute diretamente na sobrecarga de trabalho de delegados, escrivães, investigadores, médicos legistas e peritos criminais da instituição, em seu adoecimento e na qualidade da prestação dos serviços de polícia judiciária ao cidadão, que é quem paga os impostos e, com isso, sustenta a máquina pública.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 34ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 6/7/2022, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Justiça e Segurança Pública e Polícia Civil de Minas Gerais em 2022, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio.

Sala das Reuniões, 12 de julho de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

REQUERIMENTO Nº 11.627/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Delegada Sheila e do deputado João Leite aprovado na 35ª Reunião Extraordinária, realizada em 12/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Secretaria-Geral do Estado pedido de providências para que adotem, no âmbito de sua competência, as medidas cabíveis a fim de autorizar e realizar, de forma contínua, concursos públicos e a convocação de excedentes nos concursos e processos seletivos para policias penais e agentes de segurança socioeducativa, tendo em vista a importância dos serviços prestados pelos sistemas prisional e

socioeducativo para a sociedade mineira e considerando o atual déficit em seus quadros, respectivamente da ordem de 21,5% (não considerados os policiais penais contratados, por não ocuparem cargos) e 53,2%, o que gera um danoso círculo vicioso que repercute diretamente na sobrecarga de trabalho desses servidores, em seu adoecimento e na qualidade dos serviços que prestam aos cidadãos, que pagam impostos e, com isso, sustentam a máquina pública.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 34ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 6/7/2022, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Justiça e Segurança Pública e Polícia Civil de Minas Gerais em 2022, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio.

Sala das Reuniões, 12 de julho de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 15/7/2022, na pág. 8, onde se lê:

“Ardiles Junior Dias Xavier”, leia-se:

“Ardiles Junio Dias Xavier”.